

Autoria: Fernando C. Prestes Motta, Rafael Alcadipani

Resumo

As obras de Michel Foucault exercem influência em várias áreas das ciências humanas. O mesmo fato se repetiu em teoria das organizações, onde as idéias foucaultianas estão sendo empregadas fundamentalmente para trazer novas luzes para as discussões sobre poder nas organizações. Apesar da influência significativa na área, não há discussões sobre como as obras de Michel Foucault estão sendo utilizadas. Este artigo tem por objetivo sistematizar os estudos que utilizaram as idéias de Michel Foucault em teoria das organizações, problematizá-los e indicar alguns caminhos para o desenvolvimento desse tipo de análise. De uma forma geral, percebemos que a produção acadêmica em teoria das organizações baseadas nas obras de Michel Foucault tratam majoritariamente das disciplinas e deixam de lado outros aspectos da analítica do poder. Ademais, percebemos que há uma adoção simplificada da analítica do poder e uma junção acrítica de conceitos e noções oriundas de diferentes matrizes epistemológicas, além da inadequação da designação “pós-moderno” para classificar as obras de Michel Foucault e suas utilizações em teoria das organizações. Como possíveis desenvolvimentos, indicamos as possibilidades de análise que podem ser abertas na teoria das organizações pelo uso das noções de biopolítica e governamentalidade.

Introdução

Michel Foucault destaca-se como um dos principais pensadores contemporâneos. Suas obras têm servido de base para reflexões e problematizações em uma vasta gama de áreas que vão desde artes e dança até a literatura e o direito (Portocarrero e Branco, 2000). Atualmente, o mesmo fato se repete no campo da teoria das organizações. Üsdiken e Pasadeos (1995), em uma análise bibliométrica, constataram que Michel Foucault era o sétimo autor mais citado no periódico *Organization Studies*, logo atrás de Max Weber. Há coletâneas que versam especificamente sobre a influência do pensamento de Michel Foucault em análise organizacional (McKinlay & Starkey, 1998;) e números especiais de periódicos com o mesmo tema (*Organization*, 2002).

Assim, o pensamento Foucaultiano exerce uma influência significativa na teoria das organizações em sua vertente crítica (Knights, 2002). A literatura tem demonstrado que as obras de Michel Foucault são extremamente úteis para discutir a questão do poder nas organizações (Burrell, 1988; McKinlay & Starkey, 1998, Knights, 2002). Porém, não encontramos nenhuma sistematização sobre como tais obras estão sendo utilizadas pelos teóricos organizacionais.

Frente a isso, o objetivo deste artigo é sistematizar os estudos que utilizaram as idéias de Michel Foucault em teoria das organizações, problematizá-los e indicar alguns caminhos para o desenvolvimento desse tipo de análise. Para tanto, na primeira parte indicaremos as origens da utilização de noções foucaultianas em teoria das organizações. Na segunda, discutiremos sobre a analítica do poder foucaultiana. Na terceira, apresentaremos um levantamento sobre os artigos que utilizam as obras de Michel Foucault em teoria das organizações. Após isso, problematizaremos os usos das noções foucaultianas em nossa área de estudo. Por fim, apresentaremos as conclusões e indicaremos algumas possibilidades de desenvolvimento da aplicação de noções foucaultianas, a partir de sua analítica do poder.

1. As Origens do Pensamento Foucaultiano no Campo de Teoria das Organizações

Até meados da década de oitenta, as idéias de Michel Foucault não encontravam muitos entusiastas no campo. Burrell (1996) relata que no início dessa década, ele e um grupo de pesquisadores da Universidade de Lancaster tomaram contato com a obra de um “certo

filósofo francês” chamado Michel Foucault por meio da leitura do livro *Vigiar e Punir*.

Após conhecer a obra do pensador, Burrell (1996, p. 454) afirmou: “minha reação pessoal ao ler aquele texto foi um importante deslocamento de *Gestalt*, no qual os padrões de mundo passaram a ser vistos por lentes novas e aperfeiçoadas”. Ele conta que descobriu uma nova perspectiva que, ao seu ver, poderia ser extremamente útil para a compreensão das organizações ao trazer novas luzes para o processo de organizar e para o tema do poder em teoria das organizações

Entusiasmado que estava com as descobertas sobre o novo autor, ele e outros pesquisadores escreveram um texto sobre as possíveis contribuições do pensamento de Michel Foucault para a teoria das organizações e o submeteu, em 1984, para publicação na *Administrative Science Quarterly*. Após um longo período de revisão, os avaliadores rejeitaram o artigo questionando a relevância de um “filósofo francês ‘desconhecido’ e perguntaram o que uma audiência americana poderia apreender com esse tipo de pensamento” (Burrell, 1996, p. 454). Porém, como apontamos na introdução, atualmente as idéias de Michel Foucault são amplamente utilizadas pelos teóricos organizacionais. Até mesmo o periódico que rejeitou a relevância da perspectiva do pensador para a teoria das organizações publica artigos foucaultianos (Barker, 1993; Sewell, 1998). Como tal alteração aconteceu?

Na busca pelas origens da utilização das idéias de Michel Foucault e analisando o desenvolvimento das diferentes perspectivas em nossa área de estudo, é possível constatar que tal introdução foi viável graças a “quebra” do domínio absoluto da perspectiva funcionalista sobre o campo, o que possibilitou o desenvolvimento de vertentes teóricas críticas.

Até o final da década de 60, a teoria das organizações vivia uma fase de desenvolvimento controlado dentro de um acordo tácito a respeito de métodos, metodologias, perspectivas de análise e base epistemológica (Burrell, 1996). Durante esse período, havia um predomínio absoluto e incontestável da teoria organizacional funcionalista (Burrell e Morgan, 1979). Todavia, essa época de “ciência normal” foi abalada pela publicação de algumas obras (Weick, 1969; Silverman, 1971; Braverman, 1971 e Burrell & Morgan, 1979) que trouxeram olhares diferentes do funcionalismo para a análise do objeto organização e tiveram o poder de abrir a *caixa de Pandora* na teoria das organizações, gerando uma pluralidade de alternativas à visão dominante que se ampliaram ao longo do tempo (Clegg e Hardy, 1996).

No início da década de 80, autores como Baudrillard, Lyotard e Derrida, tidos como pós-modernos, passaram a ser cada vez mais utilizados nas ciências humanas (Bauman, 1988a, 1988b; Featherstone, 1988), gerando um grande debate entre os defensores da perspectiva modernista e da pós-modernista que persiste até recentemente (Sokal e Bricmot, 1999). Os debates, que ocorriam nas ciências sociais, passaram, no final dos anos 80, a afetar a forma de produzir conhecimento em teoria das organizações (Cooper & Burrell, 1988; Calás & Smircich, 1999), pois com o rompimento do domínio absoluto da perspectiva funcionalista a área estava abertas às visões alternativas a dominante.

Foi no contexto da efervescência do debate entre modernistas e pós-modernistas nas ciências sociais que Gibson Burrell (1988) publicou artigo que tratava das novas possibilidades que uma abordagem foucaultiana poderia abrir para a teoria das organizações. Por meio do debate citado, as obras de Michel Foucault começaram a ser utilizadas de forma mais marcante na teoria das organizações, pois as idéias de Foucault são consideradas como pós-modernas pelos pesquisadores organizacionais (Burrell, 1988; Burrell, 1996; Calas e Smircich, 1999; Knights, 2002).

Outro fato que contribuiu para difundir o uso das obras de Foucault para o estudo das organizações foi o emprego de sua “epistemologia” para renovar o debate na *Labor Process Theory* (LPT). O LPT fora marcado por uma grande ênfase em explicações marxistas para a análise do processo de trabalho e do controle das organizações sobre seus funcionários. O seu foco era as relações objetivas de trabalho e de classe social. Além do próprio Marx, a obra de

Braverman (1974) serviu durante muito tempo como base teórica fundamental para os teóricos do LPT.

Todavia, partindo dos escritos de Michel Foucault, Knights e Willmott (1989) analisaram o processo de subjugação no ambiente de trabalho e atacaram as abordagens marxistas por analisarem somente a exploração econômica e deixar de lado como as relações de poder constituem os sujeitos e suas subjetividades. O artigo em questão realizou uma ruptura na tradicional LPT e criou uma nova corrente: a chamada *Manchester School of Foucauldian Labour Process Theory* (Wray-Bliss, 2002). Essa nova perspectiva gerou uma série de artigos durante toda a década de 90 e, também, debates entre esses estudiosos, principalmente devido aos ataques mútuos entre os teóricos de base Marxista e Foucaultiana (Parker, 1999; Wray-Bliss, 2002).

Atualmente, a *Critical Management Studies* (CMS) (Alvesson e Willmott, 1996, 1997; Fournier e Grey, 1999; Organization, 2002), corrente teórica que procura submeter a administração e as organizações ao crivo crítico tem sido de fundamental importância para a propagação de perspectivas críticas em estudos organizacionais, pois este movimento acaba por cumprir uma função política de legitimar essas perspectivas no campo de teoria das organizações. A CMS inclui teorias modernistas de base marxista, teorias pós-estruturalistas e teorias feministas. Ela está desempenhando um papel fundamental na legitimação e defesa da abordagem foucaultiana para os estudos organizacionais, pois é uma abordagem crítica muito utilizada nos dias de hoje (Fournier & Grey, 2000).

Desta forma, o desenvolvimento da “análise organizacional pós-moderna” e os desdobramentos nas discussões no *Labor Process Theory* fizeram com que as idéias e pensamento do “filósofo francês desconhecido” passem a ser aceitas e largamente utilizadas por teóricos organizacionais. O movimento da CMS desempenhou papel importante na continuidade da utilização das idéias de Michel Foucault em análise organizacional. Porém, como Michel Foucault tratou da questão do poder em suas obras? A resposta a esta indagação é o tema do próximo item.

2. A Analítica do Poder no Pensamento de Michel Foucault

Nesta parte do artigo apresentaremos uma visão geral sobre as obras de Michel Foucault que versam sobre a questão do poder. Vale frisar que estamos fazendo esta apresentação neste ponto, porque ela serve de subsídio para a compreensão das demais partes deste artigo. Como não poderia deixar de ser, dada a complexidade e a abrangência das obras foucaultianas, trata-se de uma discussão superficial que tenta situar as principais características do seu pensamento¹ sobre a questão do poder. Antes, porém, discorreremos a respeito das diferentes “etapas” do pensamento de Michel Foucault.

2.1. “Etapas” da Obra Foucaultiana

As obras de Foucault distribuem-se ao longo de três “etapas”: Arqueologia, Genealogia e Ética. Não há entre elas rompimentos bruscos, mas sim deslocamentos de *ênfases metodológicas* (Fonseca, 2001). Na Arqueologia, as obras do pensador tratam das práticas discursivas de certos “domínios do saber”. O método arqueológico não leva em conta a verdade ou falsidade dos enunciados propostos por cada um dos domínios que analisa, ou seja, não interessou a Foucault esclarecer ou discutir a veracidade ou a falsidade dos ensinamentos da medicina, psiquiatria ou das ciências humanas, mas sim tratar do que foi dito por estas “ciências” como “discursos-objeto”, buscando clarificar quais são as regras que regem os discursos científicos (Rabinow e Dreyfus, 1995; Fonseca, 2001).

Após as discussões da Arqueologia, o pensador realizou o primeiro deslocamento de ênfase metodológica das suas obras. Partindo e apoiado pela Genealogia de Nietzsche, passou a investigar e tematizar as relações entre verdade, teoria, valores e instituições, bem como as práticas sociais nas quais tais relações emergiam. A nova abordagem fez com que ele prestasse atenção e passasse a tematizar as questões relacionadas ao poder (Rabinow e

Dreyfus, 1995). Nesta “etapa”, também apresentou e discutiu a biopolítica. A discussão da biopolítica finalizou com a discussão sobre a governamentalidade. A partir da governamentalidade, Foucault realizou o segundo deslocamento de ênfase metodológica (Ortega, 1999; Fonseca, 2001) em suas obras que ocasionou na terceira delas conhecida como Ética. Neste período, passou a tratar das diferentes formas de constituição do sujeito por meio de procedimentos de uma Ética apoiada na reflexão sobre si, sem que neste processo haja a presença prescritiva de códigos, interditos e mecanismos disciplinares (Fonseca, 1995). Passaremos a detalhar a analítica do poder desenvolvida pelo pensador que está localizada na etapa genealógica das suas obras.

2.2. A Analítica do Poder

Podemos dizer que Foucault possui uma teoria do poder? Não, o termo “teoria” não é o mais adequado para compreender o que foi desenvolvido pelo pensador em suas discussões sobre o assunto. Michel Foucault (1995) considera que a questão do poder não é apenas uma questão teórica, mas que faz parte de nossa experiência e faz mais sentido quando analisada dentro de racionalidades específicas. Para o pensador, “não existe algo unitário chamado poder, mas unicamente formas dispares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social” (Machado, 1979, p. X).

Assim, para caracterizarmos o trabalho desenvolvido pelo pensador sobre o assunto, o mais correto é falarmos em uma analítica do poder, pois o que está em jogo é “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (Foucault, 1999a). Na sua analítica do poder, Michel Foucault analisa três mecanismos de poder: os suplícios, as disciplinas e a biopolítica. Na realidade, as análises das disciplinas e da biopolítica surgem em oposição ao mecanismo dos suplícios.

O **regime dos suplícios** ocorreu durante as monarquias pré-capitalistas quando a punição dos que atentavam contra a ordem social ocorria por meio de rituais sanguinários de tortura, humilhação e massacre público, rituais esses que expressam que o erro, o crime e a punição se intercomunicavam e se ligavam sob a forma de uma atrocidade pública cometida contra os contraventores. A idéia era fazer do criminoso um exemplo para que as pessoas evitassem transgredir as regras. Tais rituais representavam a mecânica do poder de punir das monarquias para o qual a desobediência era um ato de hostilidade e, que na falta de uma vigilância ininterrupta, procurava a renovação de seu efeito no brilho e na força de suas manifestações singulares renovando e ostentando ritualmente a sua realidade de super poder (Foucault, 1987).

Todavia, no final do século XVIII e início do século XIX, o ritual das punições começou a se extinguir por dois motivos. O primeiro deles era que a nova ordem capitalista que se instaurava não precisava somente punir os crimes, mas evitar ao máximo que eles fossem cometidos ao mesmo tempo em que necessitava de uma população com vigor e presa ao aparato de produção. O outro motivos foi que cresceu a consciência dentro das sociedades de que os espetáculos dos suplícios eram desumanos e imorais (Foucault, 1987; 1999b).

Desta forma, a questão presente nos suplícios de fazer com que o Estado se vingasse dos criminosos passou, com o capitalismo, a ser de evitar que os crimes fossem cometidos e de majorar a capacidade das pessoas e da população para produzirem mais, pois esta seria uma forma mais eficiente e econômica de controlar a sociedade e maximizar sua força. Procurava-se agir sobre a vida, por meio de um bio-poder, com o intuito de geri-la e majorá-la, exercendo sobre ela controles precisos e regulações de conjunto - “Pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (Foucault, 1988 p. 130). Assim, o regime dos suplícios foi paulatinamente sendo substituído por um regime de bio-poder, que apresenta dois mecanismos fundamentais: as disciplinas e a biopolítica. Vale frisar que Michel Foucault não considera que estas

alterações ocorreram de forma orquestrada e guiada por mentes malignas e dominadoras, mas que elas aconteceram por si só; tampouco parte do pressuposto de que as relações econômicas determina as relações sociais.

O mecanismo de poder disciplinar funciona sobre os indivíduos no interior de um espaço fechado atravessado por procedimentos de vigilância ao passo que a biopolítica age sobre um conjunto de processos “populacionais”, exercendo sobre eles efeitos de conjunto e regulação (Foucault, 1999b). Na realidade, as disciplinas atuam sobre o corpo individual e a biopolítica atua sobre o “corpo” coletivo, a população (Foucault, 1999b).

Mais especificamente, **as disciplinas** dizem respeito ao adestramento dos indivíduos, tornando-os dóceis e submissos. Elas impõem um modelo, uma norma previamente estabelecida, padronizando os indivíduos e seus comportamentos. Assim, ela normaliza indivíduos, a partir de um normal definido *a priori*. Para tanto, elas funcionam dentro de um espaço fechado, analisa, decompõe os indivíduos, os lugares e o tempo, classifica os termos decompostos, estabelece seqüências, ordenações, entre eles, fixa procedimentos de adestramento e de controle e, a partir daí, estabelece uma separação entre o normal e o anormal, o padronizado e o não padronizado, o disciplinado e o não disciplinado, agindo sempre sobre o não disciplinado para torná-lo normalizado (Fonseca, 1995). Para se concretizar, a vigilância deve ser exaustiva, ilimitada, permanente e indiscreta. Porém, ela não deve ser visível como no regime dos suplícios, mas deve ser sim extremamente subliminar. O modelo arquitetural ideal em que as disciplinas operam da maneira mais eficiente possível é do já amplamente difundido Panóptico (Foucault, 1987). Desta forma, o campo das disciplinas diz respeito à série “corpo – organismo – disciplina – instituições” (Fonseca, 2001).

Conforme citamos, a **biopolítica**, por sua vez, não age sobre cada indivíduo especificamente, mas sobre o conjunto das pessoas. O campo da biopolítica é determinado pela série “mecanismos de segurança – população – governo” (Fonseca, 2001). Ela age sobre um conjunto de processos populacionais, tais como: a proporção dos nascimentos e dos óbitos, as taxas de reprodução, de natalidade, a fecundidade de uma população, a velhice, etc. (Foucault, 1999b). Assim, a biopolítica é uma forma de poder que intervém, sobretudo, para aumentar a vida, controlando seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências globais.

A biopolítica também realiza uma normalização que se dá por meio de mecanismos de regulação, ou mecanismos de segurança, que atuam sobre os processos da vida de um dado conjunto populacional. O que ela procura fazer é agir sobre um grupo de pessoas, não para impor uma norma pré-determinada, como no caso das disciplinas, mas para combater certas normalidades vistas como mais desviantes em relação ao que se poderia definir como uma “curva normal geral”. Os mecanismos de segurança procuram conduzir as curvas desfavoráveis de uma dada variável populacional a estados mais favoráveis.

Assim, nesses mecanismos, o comportamento considerado normal é extraído da população analisada. Desta forma, primeiro são estudadas as diferentes curvas de normalidade e somente depois se fixa a norma. Esta norma é sempre específica para um grupo determinado (uma dada população) em relação a uma situação determinada (por exemplo, uma doença) (Fonseca, 2001). Os mecanismos de segurança possuem características específicas: lidam com uma série de eventos possíveis e prováveis, avaliam por meio de cálculo de custos comparativos e não prescrevem uma demarcação binária entre permitido e proibido, normal e anormal, mas agem por meio da especificação de uma média ótima com uma variação tolerável (Gordon, 1991). Para majorar os elementos positivos e minimizar os negativos, tanto atuais quanto futuros, os mecanismos de segurança trabalham com previsibilidades, riscos e probabilidades de ocorrências.

Nos mecanismos de segurança estão em jogo a gestão de séries abertas de elementos que se deslocam de forma indefinida (bens, pessoas, doenças), a partir de probabilidades e

estatísticas (Fonseca, 2001). Os procedimentos da biopolítica não implicam uma exclusão ou uma disciplina, mas são caracterizados por uma forma de atuação de “governo”, no sentido da “condução de condutas” tendo por foco central atuar sobre os processos inerentes à vida. É neste ponto que Michel Foucault entra no último tema de sua analítica do poder: a governamentalidade ou “artes de governar” (Fonseca, 2001).

A governamentalidade concerne à natureza da prática de governar e ao como se governa. Ela se caracteriza por uma prática de soberania política que busca governar as pessoas em conjunto ao mesmo tempo em que se preocupa com cada indivíduo, ou seja, uma gestão que procura ser, concomitantemente, totalizante e individualizante e que atua dentro de uma lógica governamental específica. Em seus cursos no *Collège de France* entre 1979 e 1981, Michel Foucault realizou a análise de alguns tipos de governamentalidade: a pastoral cristã, a Razão de Estado, o Liberalismo e o Neoliberalismo alemão e americano (Gordon, 1991). As diferentes governamentalidades possuem em comum o fato de, ao mesmo tempo em que induzem uma gestão dentro de uma lógica específica para cada época, fornecerem a possibilidade da “salvação” para indivíduos, por meio da apresentação de uma verdade que quer ser aceita, que quer se impor. As “artes de governar” se aplicam à vida cotidiana das pessoas caracterizando-as, marcando suas identidades (Foucault, 1995).

Com a sua discussão sobre os mecanismos de segurança e as “artes de governar”, Michel Foucault ampliou as suas análise das disciplinas e agregou à sua analítica do poder outros domínios (os processos da vida em uma dada população), outras práticas (práticas de gestão das condutas dos homens) e outras instâncias (o Estado e seus aparelhos administrativos) em relação às que foram realizadas na análise das disciplinas (Fonseca, 2001).

A relação entre poder/saber perpassa toda a analítica do poder foucaultiana. A idéia geral é que todo ponto em que se exerce poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saberes. O hospital pode mostrar isso, já que não é apenas uma máquina de cura, mas é também um instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber sobre os seres-humanos e a sua saúde, da mesma forma que a escola está na origem da pedagogia e o hospício da psiquiatria (Machado, 1979). A biopolítica também se exerce gerando saberes sobre uma dada população. Além disso, quando os saberes são criados o que está sendo criado, concomitantemente, é um tipo específico de regime de verdade. Assim, a verdade não existe fora das relações do poder. Elas servem também para sustentar as relações de poder (Foucault, 1979).

Outro aspecto que perpassa a analítica do poder é a idéia de que o sujeito se constitui historicamente, a partir das relações de poder. Por exemplo, os mecanismos das disciplinas produzem cada indivíduo, elaboram sua história e a arquivam, distribuem-nos no espaço de forma particularizada, elaboram suas atividades, controlam e relacionam seu tempo e os combinam com outros indivíduos. Nas disciplinas, todo indivíduo é singularizado, tendo o status de ser possuidor de uma identidade que trás a marca da utilidade e da docilidade (Fonseca, 1995). Assim, as escolas produzem os estudantes, as fábricas os trabalhadores, as prisões os delinquentes, os manicômios a loucura. Ao tentar impor uma verdade aos indivíduos, as “artes de governar” também criam sujeitos presos a relações de poder.

Vale frisar que as discussões sobre a questão da resistência são tratadas por Foucault em dois momentos de sua analítica do poder. Primeiro, quando tratava das disciplinas, tinha como pressuposto a idéia de que a resistência é o outro termo das relações de poder, ou seja, onde havia poder, havia resistência (Foucault, 1987). Nas suas discussões sobre a biopolítica, com a ampliação de suas análises sobre o tema poder quando passou a analisar o seu exercício como “condução de condutas”, Michel Foucault discutiu a possibilidade das pessoas exercerem uma “atitude crítica” que significa a recusa de ser governado (Fonseca, 2001).

Por fim, vale destacar que Foucault (1999b) argumenta que há a possibilidade de haver uma articulação entre as disciplinas e a biopolítica ocorre na norma, pois ela pode ser aplicada tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regular. A

sociedade de normalização, adverte Foucault (1999b), não é somente uma sociedade em que imperam as instituições e o modelo disciplinar. Ela é uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder tomou posse da vida no século XIX até os dias de hoje é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que engloba tanto a mecânica do corpo quanto a mecânica da população (Foucault, 1999b).

3. Inventariando o Uso das Idéias de Michel Foucault em Teoria das Organizações.

Nesta parte, iremos apresentar os dados da pesquisa que realizamos em periódicos, a fim de levantar as características dos artigos que utilizam a perspectiva foucaultiana, para a construção do seu argumento, como base analítica na área de teoria das organizações.

3.1. Procedimento de coleta de dados

Realizamos a busca nos seguintes principais periódicos em teoria das organizações: Administrative Science Quarterly, Academy of Management Review, Academy of Management Journal, Organization Studies, Organization, Human Relations, Organizational Science e The Journal of Management Studies, entre os anos de 1975 e primeiro semestre de 2002. Procuramos na bibliografia de todos os artigos aqueles que referenciavam obras de Michel Foucault. No total, foram selecionamos 183 artigos que referenciaram ao menos uma obra de Michel Foucault.

Em seguida, analisamos o conteúdo de cada um deles e selecionamos para a análise final somente os artigos que utilizavam as noções desenvolvidas por Michel Foucault como base analítica para a construção do seu argumento. Artigos que somente referenciavam Foucault sem utilizar suas idéias para a construção do argumento não foram selecionados para fazer parte da amostra. Assim, foram selecionados para a análise os artigos que utilizavam noções foucaultianas para a construção de seus argumentos ou para a interpretação de dados empíricos.

Após esta segunda seleção, tivemos um total de 47 artigos que foram catalogados de acordo com os seguintes dados: autor, ano, periódico, tema, objetivo do artigo, uso de Foucault (quais noções foucaultianas empregadas nos artigos), utilização de noções e conceitos desenvolvidos por autores além de Foucault e metodologia declarada. Para a análise que realizaremos neste artigo, descreveremos somente as informações relativas ao tema, noções foucaultianas empregadas nos artigos e autores utilizados além de Michel Foucault. A frequência dos artigos por ano na amostra selecionada é apresentada no quadro 01.

Ano	Frequência
1986	1
1987	0
1988	1
1989	3
1990	0
1991	1
1992	5
1993	4
1994	1
1995	3
1996	3
1997	4
1998	6
1999	8
2000	4
2001	1
2002	2
Total	47

Pelo quadro 01, podemos perceber que a maioria dos artigos de nossa amostra está entre os anos de 1992 e 2001, com exceção de 1995 quando temos somente um artigo publicado. Ou seja, percebemos que a partir do início da década de 90 houve um aumento do uso das idéias de

Foucault como fundamento de artigos em teoria das organizações. Isto ocorreu provavelmente devido ao incremento, na teoria das organizações, da utilização de noções desenvolvidas por autores considerados como pós-modernos e pelo aprofundamento do embate entre marxistas e foucaultianos no *Labor Process Theory*. Em termos metodologia declarada, os artigos de nossa base estão assim divididos: 24 artigos são ensaios teóricos, 15 são estudos de caso e 8 análise de discurso.

Passaremos a apresentar as principais características dos artigos analisados, na seguinte ordem: tema, noções foucaultianas empregadas nos artigos e autores utilizados além de Michel Foucault.

3.2.2. Temas dos artigos

Os artigos analisados contemplam diferentes temas, como podemos observar no quadro 2. Eles vão desde mecanismos de controle nas organizações até relações de gênero. Podemos perceber que os teóricos organizacionais empregam noções foucaultianas para submeter as organizações e a sua teoria ao crivo crítico, denunciar mecanismos de controle em operação nas organizações, discutir relações de poder em contexto organizacional, bem como para argumentar como a perspectiva foucaultiana poderia fundamentar novos tipos de análise das organizações e de suas teorias. A vasta maioria dos temas analisada diz respeito a questões relativas a poder e controle nas organizações.

Quadro 2 – Frequência de temas

Temáticas	Frequência
Crítica às teorias em análise das organizações	12
Poder e construção de verdade	9
Denúncia de mecanismos de controle	9
Relações de poder em contexto organizacional	5
Construção de subjetividade e poder	4
Crítica à utilização de Foucault	4
Gênero	2
Renovação da Análise das Organizações a partir de Foucault	2
Total	47

3.2.3. Noções Foucaultianas empregadas nos artigos

O quadro 3 nos mostra a frequência de quais noções desenvolvidas por Michel Foucault são utilizadas para construir a argumentação dos artigos presentes em nossa base de dados. Vale frisar que as noções que apresentamos aqui estão muitas vezes interrelacionadas nas obras do pensador, como vimos anteriormente. Todavia, em nossa análise dos textos selecionados, percebemos que os autores em teoria das organizações as utilizam de forma dissociadas, como se fossem instrumentos que atendem a necessidades específicas de argumentação.

Quadro 3 – Noções Foucaultianas Fundamentais Utilizadas

Noções Foucaultianas	Frequência
Poder disciplinar	20
Poder/saber	8
Poder como relação	8
Visão geral	4
Arqueologia	2
Construção da Subjetividade	2
Outros	3
Total	47

Em vinte artigos, os autores extraíram do pensamento de Foucault a noção de poder disciplinar para a realização de suas análises. Oito artigos apropriaram-se da noção de poder/saber, sendo que a complementam com a questão da relação entre poder e verdade; com

os demais pontos da analítica do poder foucaultiana; com a noção da constituição da subjetividade do sujeito pelas relações de poder; com a relação entre poder, discurso e resistência; como a noção de poder como relação e com poder e verdade. Também oito artigos empregaram a noção de que o poder não é algo possuído, mas que existe somente como relação.

Quatro autores fizeram uma revisão geral sobre as obras de Michel Foucault, dois para mostrar novos caminhos para o estudo das organizações, um para mostrar as incoerências entre os artigos que empregaram as obras de Foucault e a suas obras em si e outro para realizar uma leitura realista-positivista de Foucault. A arqueologia foi utilizada em dois artigos. Somente a idéia de que a subjetividade é constituída por meio das relações de poder foi utilizada por dois autores. O método genealógico, governamentalidade, liberdade e resistência foram empregadas somente por um artigo cada noção.

Pelo exposto, podemos perceber que as obras de Michel Foucault estão sendo empregadas pelos teóricos organizacionais para discutir a questão do poder em contexto organizacional, especialmente o mecanismo do poder disciplinar em ação nas organizações. São recorrentes também as discussões sobre poder/saber e sobre poder como relação. Demais aspectos das obras do pensador aparecem de forma pontual nos artigos analisados.

3.2.4. Autores utilizados além de Michel Foucault

Em nossa análise, percebemos que em um número significativo de artigos os autores utilizaram noções foucaultianas em conjunto com a de outros autores. O quadro 4 mostra a frequência dos autores que aparecem associados a Foucault na construção do argumento dos textos analisados.

Quadro 4 - Autores Utilizados além de Foucault

Autores	Frequência
Somente Foucault	16
Habermas	6
Marx	6
Derrida	3
Guiddens	3
Freud	2
Weber	2
Outros	9
Total	47

Podemos notar que dezesseis autores utilizam somente as noções desenvolvidas por Michel Foucault como fundamento para a construção do argumento de seus artigos. Porém, na maioria dos casos, os artigos utilizaram como base conceitual, além de Foucault e o segundo autor mencionado no quadro 4, outros autores que contribuem para a construção da argumentação desenvolvida. Assim, Habermas e Foucault aparecem como base analítica para a construção do argumento de seis artigos, sendo que somente as noções desenvolvidas pelos dois autores estão presentes em três artigos e nos demais os dois pensadores aparecem com Orwell, com idéias derivadas da fenomenologia transcendental e com Dilthey. Também seis artigos utilizaram-se as idéias de Marx e Foucault como fundamento. Derrida foi utilizado três vezes: com *Actor-Network Theory*, Lyotard e Saussure. Giddens e Foucault também aparecem em três casos.

Dois dos artigos analisados utilizaram as noções desenvolvidas por Freud e Foucault. Outros dois artigos empregaram as idéias de Max Weber e Foucault. Conceitos teóricos da psicologia, teorias de estratégia, *Actor-Network Theory* relacionada com Escola de Frankfurt (Adorno e Marcuse), Bahaskar; Dawey; teorias feministas, teorias sobre gênero; Goffman e Larsh aparecem com as noções foucaultianas somente em um artigo cada.

Pelo que apresentamos, podemos notar que embora haja um número substancial de artigos que empregam majoritariamente noções foucaultianas, há uma parcela significativa dos mesmos que realizam junções de noções e conceitos oriundas de diversos pensadores. Vale

frisar que nos artigos analisados não são feitas discussões ou análises sobre a compatibilidade dessas utilizações. Na próxima parte do artigo, problematizaremos os pontos levantados aqui.

4. Problematizando a Produção em Teoria das Organizações fundamentada nas Idéias de Michel Foucault.

Nesta parte do artigo, iremos problematizar as características da produção acadêmica em teoria das organizações que possui como fundamento as idéias de Michel Foucault.

Em primeiro lugar, como dissemos, a disseminação das idéias do pensador em teoria das organizações ocorreu mediante a abertura do campo para a perspectiva pós-moderna e a vasta maioria dos teóricos organizacionais classifica o tipo de trabalho fundamentado nas suas idéias como trabalhos pós-modernos (Burrell, 1988, Calas & Smircich, 1999; Cooper e Burrell, 1988). Porém, seria coerente com os trabalhos de Michel Foucault classificá-los como tal?

Rabinow (1999), um dos mais respeitados estudiosos de Michel Foucault, avalia que suas obras opõem-se ao que chama de anti-pensadores: os pós-iluministas e os pós-modernos. Quando classificamos as obras de Michel Foucault como pós-modernas, acabamos circunscrevemos seu pensamento a um campo limitado e disciplinado do saber. Com isso, além de criarmos um saber disciplinado sobre o que fez, geramos um discurso de verdade sobre sua obra que induz a uma maneira correta e verdadeira de compreendê-la e, assim, analisar suas contribuições.

O que mais parece temerário em classificá-lo como tal é o fato do pensador ter dedicado boa parte de suas obras à denúncia desses mecanismos classificatórios, discutindo como eles constituem disciplinas com interpretações “verdadeiras” sobre uma dada realidade e como a verdade é contingente a uma dada época e a um dado período. Burrell (1996) reconhece a limitação de classificar como pós-modernista as obras de um autor com idéias complexas e “posicionamentos teóricos imprecisos”. Portanto, a despeito do início da utilização das noções desenvolvidas por Foucault na análise das organizações ter ocorrido por meio da introdução de pensadores tidos como pós-modernos neste campo de estudo, classificá-lo como tal é simplificar seu legado e ir contra aspectos importantes de suas obras.

Ademais, há um problema específico com a categoria de classificação “pós-moderno”. Ela pode ser vista, somente para citar alguns exemplos, como um movimento artístico (Hassard, 1993), como novas perspectivas de estudo (Parker, 1992), como características de um novo tipo de sociedade (Bauman, 1988a e Bauman, 1988b) e como um novo tipo de organização (Clegg, 1990), sem que haja coerência entre estas diferentes vertentes. Trata-se, na verdade, de uma categoria bastante ampla e carente de unidade.

Um segundo aspecto a se destacar é que, conforme apresentamos, a grande maioria dos textos em análise das organizações baseados nas obras de Michel Foucault apropriaram-se da noção de poder disciplinar para a realização dos artigos. Quando empregadas nos artigos, as demais noções, no mais das vezes, surgem a partir da análise das disciplinas em operação no contexto de organizações específicas.

Se recordarmos a analítica do poder apresentada anteriormente, perceberemos que o próprio Foucault reconheceu a importância das disciplinas nas dinâmicas de instituições. Todavia, com os desdobramentos de suas análises, o pensador ampliou a analítica do poder com as discussões a respeito da biopolítica. Foucault (1988) discutiu claramente a relevância da biopolítica e de sua articulação com os mecanismos disciplinares para a compreensão das relações de poder na sociedade coetânea.

Desta maneira, focar a análise do poder, a partir dos trabalhos de Michel Foucault, somente na questão das disciplinas e dos seus mecanismos, é negligenciar parte importante das suas idéias. Por isso, ao analisarem pontualmente a questão do poder disciplinar nas organizações os teóricos organizacionais tocam em um ponto crucial, mas deixam de lado outros aspectos

vistos pelo próprio Foucault como fundamentais para a compreensão das dinâmicas das relações de poder na sociedade atual, bem como nas organizações inseridas nesta sociedade.

Corroborando esse fato, a noção de poder disciplinar consegue “dar conta sem limitações” de analisar as relações de poder presentes no *paradigma* taylorista/fordista de produção (McKinlay & Starkey, 1998). Porém, quando os teóricos organizacionais se voltam para a análise de ferramentas de gestão atuais, tais como: *empowerment* (Hardy & Leiba-O’Sullivan, 1998), as culturas corporativas (Willmott, 1993), as equipes de trabalho (Barkey, 1993), etc., notam que o poder disciplinar não aparece de forma “pura”, muito embora seja uma noção importante para compreender parte das dinâmicas das relações de poder. Assim, há nuances e variações sobre a operação do poder nas organizações que a noção de disciplina não consegue explicar, pois características de relações de poder não disciplinares estão cada vez mais presentes nas organizações (Munro, 2000)

Temos, então, um quadro em que os teóricos organizacionais fundamentados nos escritos de Michel Foucault não estão conseguindo dar conta da realidade observada com as noções que empregam ao mesmo tempo em que a analítica do poder possui “instrumentos” mais adequados para este fim. Além disso, não encontramos entre os artigos analisados aqueles que discutissem a questão do poder fora da dinâmica interna das organizações, ou seja, como as diferentes organizações exercem poder sobre as pessoas fora de suas fronteiras e a lógica externa que influencia a adoção dos mesmos mecanismos de controle por diferentes organizações. A governamentalidade poderia ser muito útil neste sentido. Há, também, a possibilidade de analisar as articulações entre mecanismos de disciplinarização e mecanismos de regulação em contextos organizacionais específicos, discussão está que não apareceu em nossa base de dados.

Em muitos dos artigos, os autores deixam transparecer a idéia de que há um comandante da lógica das disciplinas e que as relações de poder nas empresas são coordenadas por gestores exploradores que as impõem sobre os demais empregados, como se eles estivessem livres dos seus efeitos e vivessem a margem das relações de poder. Tais considerações são absurdas para a analítica do poder que considera as relações de poder como estratégias sem comandantes de suas racionalidades e que elas estruturam a sociedade em seus menores espaços (Machado, 1979)

Uma terceira consideração é que, como vimos anteriormente, dos 47 artigos analisados, somente 16 deles empregaram as idéias de Foucault para a construção do argumento de seus artigos. Os demais utilizaram as idéias de Foucault e de outros autores. Habermas, Marx, Derrida, Giddens, Freud e Weber são os autores mais recorrentes nos artigos de nosso inventário. Mostramos que quando analisamos os artigos de forma detalhada, percebemos que eles não ficam presos somente a conceitos foucaultianos e de mais um autor. Além deles, uma vasta gama de diferentes abordagens e autores complementaram a base argumentativa dos artigos de nossa amostra para a construção de seus argumentos, tais como: teorias feministas, teorias de estratégia, psicanálise, teorias de gênero e até mesmo marxismo para a construção de argumentos de artigos. Ou seja, as idéias de Foucault foram complementadas pelas de outros teóricos e outras perspectivas.

Outra característica dos artigos de nossa amostra foi que as noções foucaultianas também foram utilizadas extraídas do seu contexto nos trabalhos do pensador. Assim, os artigos analisados exploraram as idéias de autores provenientes de outras áreas de ciências humanas que acham interessantes ao seu bel-prazer na argumentação que elaboraram. Realizam, na verdade, uma *colcha de retalhos* de conceitos sem preocupações com contextualizações ou se as idéias empregadas eram ou não compatíveis. Desta forma, utilizam conceitos derivados de diferentes matrizes teóricas como se usassem uma *caixa de ferramentas*.

Podemos perceber isso, por exemplo, no caso da junção entre as idéias da psicanálise e Foucault. Casey (1999) extrai da psicanálise a questão da influência dos processos primários na atividade humana e de Foucault a questão da construção da individualidade disciplinar. Utiliza-se destes conceitos para interpretar dados empíricos extraídos de entrevistas e pesquisa etnográfica que realizou com o intuito de verificar os processos de disciplina e integração em culturas organizacionais. Outro exemplo foi Leflaive (1996) que construiu um artigo apontando as organizações como estruturas de dominação, mas para tanto, utilizou-se de conceitos foucaultianos, marxistas, habermasianos e de Luhmann para a construção de seu argumento.

Vale frisar que relação do pensamento foucaultiano com o pensamento psicanalítico não é de complementaridade direta. Há pontos de choque e discordância (Chaves, 1988). No caso das idéias do marxismo o mesmo fato se repete. Foucault tem sérias objeções a concepção de poder e ideologia dos marxistas. Com Habermas não é diferente. Foucault teve, inclusive, embates com esse pensador (Rabinow, 1999).

Portanto, verificamos nos artigos que analisamos uma utilização de autores complexos como se fossem complementares, ou seja, a redução sociológica (Ramos, 1996) está presente de forma marcante na teoria organizacional fundamentada nas idéias de Michel Foucault. Isso não deveria ser feito sem uma análise rigorosa da possibilidade da junção de conceitos e da admissão das simplificações que este tipo de uso pode causar. Conceitos e noções teóricas surgem dentro do contexto da obra de autores e formam conjuntos complexos de “teorias”. Quando os extraímos sem a devida relativização, a chance de cometermos absurdos teóricos é muito grande.

Como dissemos, as análises fundamentadas nas idéias de Foucault empregaram fundamentalmente a questão das disciplinas, deixando de lado outros aspectos relevantes da analítica do poder. Com isso, acabaram por fazer o que criticam, pois realizaram uma utilização ‘correta’ e disciplinada das obras foucaultianas. Quais seriam os motivos disso?

Em primeiro lugar, a obra *Vigiar e Punir* é a mais famosa do pensador e apresenta a possibilidade de desenvolver paralelos interessantes com as organizações de uma forma geral. Com isso, as pessoas tendem a lê-la de forma isolada, deixando de lado a compreensão da complexidade da analítica do poder foucaultiana. Vimos que os autores em análise das organizações que utilizaram Foucault realizaram seus artigos usando noções foucaultianas fora do contexto da obra do autor como se eles fossem instrumentos isolados, ou seja, uma parcela significativa das análises com base em Foucault é realizada por meio do uso de noções individuais sem que elas estejam dentro do contexto metodológico da Genealogia. Vimos que este fato se repetiu com as idéias de outros autores que foram utilizadas para complementar as leituras foucaultianas. Isso evidencia que os artigos que empregam noções foucaultianas em suas análises estão marcados por uma utilização simplista de conceitos complexos sem as devidas problematizações ao mesmo tempo em que tem um grande gosto pela instrumentalização simplificada de conceitos. Ademais, a maioria das discussões de Foucault sobre a biopolítica não está disponível ao público, já que fazem parte dos cursos ministrados pelo pensador no *College de France* ainda inéditos. Desta forma, as análises sobre estes temas dependem dos trabalhos de autores como Gordon (1991) e Fonseca (2001) que tiveram contato com os cursos e nos deram indicações de como Foucault desenvolveu os temas de nosso interesse nos cursos analisados. Portanto, o uso exaustivo das disciplinas pelos teóricos organizacionais pode ser explicado pela instrumentalização simplificada de conceitos e pela relativa ausência de fontes sobre a biopolítica.

Conclusão e Possíveis Desenvolvimentos

Neste artigo, levantamos as principais características da produção acadêmica em teoria das organizações fundamentada no pensamento de Michel Foucault e problematizamos a utilização das obras foucaultianas pelos teóricos da área. Em nossas análises, pudemos

perceber que a produção acadêmica em teoria das organizações baseadas nas obras de Michel Foucault tratam majoritariamente das disciplinas e deixam de lado outros aspectos da analítica do poder. Vimos também que há uma adoção simplificada da analítica do poder e uma junção acriteriosa de conceitos e noções oriundas de diferentes matrizes epistemológicas. Discutimos ainda a inadequação da designação “pós-moderno” para classificar as obras de Michel Foucault e suas utilizações em teoria das organizações.

Tendo como pano de fundo a analítica do poder, indicaremos algumas possibilidades de desenvolvimento para as análise organizacionais foucaultianas. Um ponto que nos parece fundamental na diferenciação e complementaridade entre as disciplinas e a biopolítica, que não foi explorado nos artigos que analisamos, é a questão da norma biopolítica e a articulação entre esses mecanismos de poder na norma.

Frente a isso, os teóricos organizacionais poderiam utilizar a noção da norma biopolítica para analisar a realidade das organizações e procurar observar como diferentes empresas possuem diferentes normalidades que são específicas e quais os mecanismos (técnicas de gestão, inovações gerenciais, estratégias de ação, programas organizacionais, etc.) utilizados pelas organizações não para disciplinar, mas para criar curvas mais favoráveis, buscando a regulação de seus funcionários.

Assim, poderíamos tentar perceber como os mecanismos de regulação estão presentes em diferentes contextos organizacionais, como as empresas na atualidade procuram regular os fluxos internos em suas organizações, dando maiores possibilidades de participação para seus empregados, fugindo de um controle disciplinar e buscando um controle de regulação. Neste aspecto, poderíamos analisar como técnicas gerenciais servem para a apreensão de diferentes curvas de normalidade dentro de empresas específicas para depois agir sobre as curvas desfavoráveis. Além disso, poder-se-ia investigar a articulação entre a norma disciplinar e a norma biopolítica, ou seja, como diferentes mecanismos de poder que se exercem de forma diferente se articulam em contextos organizacionais específicos.

Outro ponto passível de ser desenvolvido são as possíveis contribuições da noção de governamentalidade para análise organizacional. Mostramos na primeira parte que a utilização desta noção foi muito pouco desenvolvida pelos teóricos organizacionais. A governamentalidade poderia ser de grande valia para discutir as dinâmicas de governo das organizações e os instrumentos e mecanismos utilizados para fazer a condução de todos e de cada indivíduo ao mesmo tempo para se conseguir o melhor resultado econômico desta gestão, procurando ver como se dá e quais os mecanismos que geram as integrações entre as disciplinas e a biopolítica dentro das empresas e demais organizações. A governamentalidade seria pertinente para analisar os mecanismos de poder que assujeitam os indivíduos por discursos de verdade específicos e que “vendem”, de forma clara ou velada, a possibilidade de salvação.

De forma complementar, a governamentalidade seria pertinente para analisar as interações de diferentes empresas e organizações que se articulam entre si e utilizam métodos similares, mas que levam em conta suas peculiaridades, ao se integrarem a lógicas comuns. No caso das multinacionais, seria de particular interesse analisar, de forma pormenorizada, os modelos e métodos de gestão impostos às suas subsidiárias pelas centrais, dentro da gestão utilizada para a *multi* como um todo e as peculiaridades e as variações que assumem em diferentes contextos.

Dentro desse espectro de análise, poderia ser investigado o tipo de regulação que uma lógica mais geral, tanto nacional quanto internacional, impõem às diferentes organizações por meio de mecanismos nacionais como agências de regulação, legislações específicas, órgão de ministérios, bem como mecanismos internacionais, tais como: OMC e OIT, além de ONGs como *Greenpeace* e *Corporate Predators*. A noção de governamentalidade poderia ser particularmente interessante para analisar como esses mecanismos afetam diretamente o tipo

de gestão que é desenvolvido nas organizações e o tipo de instrumentos e técnicas de gestão implementados para geri-las. Liberações de crédito e aceitação de produtos, muitas vezes, dependem do cumprimento de regras, tais como: não utilizar mão de obra infantil, não degradar o meio-ambiente e adotar técnicas de gestão específicas como sistemas de auditoria, SAPs ou ISO-9000. Assim, tais integrações poderiam ser analisadas e pormenorizadas discutindo como elas afetam a forma do governo e da condução de condutas dentro das empresas.

A analítica do poder, por fim, poderia ser empregada na teoria das organizações para aprofundar as discussões sobre a dinâmica entre poder e resistência. Os artigos presentes em nossa base de dados discutem a resistência nas organizações pela ótica do choque das relações de poder, ou seja, considerando-a como indissociáveis dessas relações, pois são seu outro termo. A idéia fundamental é a de que onde há poder, há resistência. A noção de “atitude crítica” amplia este espectro, pois com ela se pode resistir às formas de um governo (compreendido como conjunto de mecanismos de condução de condutas), já que há a possibilidade de recusar ser governado.

Assim, se “as artes de governar” procuram “assujeitar” os indivíduos por meio de mecanismos de poder que procuram para si uma verdade no interior da realidade de uma prática social, a “atitude crítica” é o movimento em que o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre os efeitos do poder do governo e interrogar o poder sobre seus discursos de verdade (Fonseca, 2001, pg. 272). Poder-se-ia investigar as “atitudes críticas” tomadas pelos indivíduos em diferentes contextos organizacionais, seus significados, suas formas de atuação e suas conseqüências. Seria interessante analisar os motivadores destas atitudes nos contextos específicos e as suas formas de expressão, além de observar as diferenças dessas atitudes no nível individual e no nível coletivo.

Pelo que acabamos de expor, indicamos que é possível ampliar o uso de noções foucaultianas em teoria das organizações, trazendo novas luzes para o tema do poder, e evitando simplificações analíticas.

Referências Bibliográficas

- ALVESSON, M. e WILLMOTT, H. Making Sense of Management. London: Sage, 1996.
- BARKER, J. “Tighting the iron cage: Concentive control in the self management team”. Administrative Science Quarterly vol. 38, no. 03, 1993.
- BAUMAN, Z. “Is there a Postmodern Sociology?” Theory, Culture and Society. vol. 5 no. 2, 1988a.
- BAUMAN, Z. “Viewpoint: Sociology and Postmodernity” Sociological Review vol. 36 No.6, 1988b.
- BRAVERMAN, H. Labor and monopoly capital. New York: Monthly Review Press, 1974.
- BURCHELL, G., GORDON, C. e MILLER, P. The Foucault Effect: Studies in Governamentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- BURRELL, G. “Modernism, post-modernism and Organization analysis 2: The contribution of Michel Foucault” Organization Studies. Vol. 09, no. 02, 1988.
- BURRELL, G. “Normal science, paradigms, metaphors, discourses and genealogy of analysis.” Em: CLEGG, S. , HARDY, C. e NORD, W. Handbook of Organization Analysis. London: Sage, 1996.
- BURRELL, G. e MORGAN, G. Sociological paradigms and organization analysis. London: Routledge, 1979.
- CALÁS, M. e SMIRCICH, L. “Past Posmodernity? Reflections and Tentative directions.” Academy of Management Review. vol. 24 no.4, 1999.
- CARTER, C.; MCKINLAY, A. & ROWLINSON, M. “Introduction”. Organization. Vol. 09, no. 04, 2002.

- CASEY, C. "Come, join our family: discipline and integration in corporate organizational culture." Human Relations. vol. 52 no. 02, 1999.
- CHAVES, E. Foucault e a Psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CLEGG, S. Modern Organizations. London: Sage, 1990.
- COOPER, D. e BURRELL, G. "Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis." Organizational Studies. vol. 09 no. 01, 1988.
- DELEUZE, G. Foucault. Lisboa: Edições 70, 1988.
- FEATHERSTONE, M. "In pursuit of the postmodern: an introduction" Theory, Culture and Society. vol. 05. no. 02, 1988.
- FONSECA, M. Foucault e o Direito. Tese de Doutorado. USP, 2001.
- FONSECA, M. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito. São Paulo: EDUC, 1995.
- FOUCAULT, M. "Verdade e Poder" em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. "O Sujeito e o Poder" em: RABINOW, P. e DREYFUS, H. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas. 2ª Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999a.
- FOUCAULT, M. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- FOURNIER, V. & GREY, C. "At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies", Human Relations, vol. 53, no 1, 2000.
- FULOP, L. & LINSTED, S. Management: a critical text. London: Macmillan Press, 1999.
- GORDON, C. "Governmentality" in: BURCHELL, G., GORDON, C. e MILLER, P. The Foucault Effect: Studies in Governmentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HARDY, C. e LEIBA-O'SULLIVAN, S. "The power behind empowerment: implications for research and practice" Human Relations vol. 51, no. 04, 1998.
- HASSARD, J. Sociology and organization analysis: positivism, paradigms and post-modernism. Cambridge : University of Cambridge, 1993.
- LEFLAIVE, X. "Organizations as Structures of domination". Organization Studies. vol. 17, no. 01, 1996.
- LYOTARD, J. La Condição postmoderna. Madrid: Catedra, 1989.
- MACHADO, R. "Por uma Arqueologia do Poder" em MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MCKINLAY, A. e STARKEY, K. Foucault, Management and Organization Theory. London: Sage, 1998.
- MUNRO, I. "Non-Disciplinary Power and the Network Society." Organization. vol. 07 no. 04, 2000.
- ORGANIZATION Themed Section on Foucault, Management and History. Vol. 09, no. 04, 2002.
- ORTEGA, F. Amizade e Estética da Existência em Foucault. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- PARKER, M. "Critique in the name of what? Postmodernism and critical approaches to organization", Organization Studies, vol. 16, nº 4, 1995.
- PARKER, M. "Capitalism, subjectivity and ethics: debating labour process analysis". Organization Studies. vol. 20, no. 01, 1999.
- PORTOCARRERO, V e BRANCO, C. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000.
- KNIGHTS, D. Writing Organizational Analysis into Foucault. Organization Vol. 09, no. 04, 2002.

- RABINOW, P. Antropologia da Razão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RABINOW, P. e DREYFUS, H. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RAMOS, G. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- REED, M. "Context Terrain" Em: CLEGG, S. , HARDY, C. e NORD, W. Handbook of Organization Analysis. London: Sage, 1996 .
- SEWELL, G. "The discipline of teams: the control of team-based Industrial work through electronic and peer surveillance". Administrative Science Quarterly vol. 43, no. 02, 1998.
- SILVERMAN, D. The Theory of Organization. London: Heinemann Educational Books, 1971.
- SOKAL, A. e BRICMOT, J. Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science. New York: Picador, 1999.
- ÜSDIKEN, B. & PASADEOS, Y. "Organizational Analysis in North America and Europe: A comparison of Co-citation networks". Organization. Vol. 16, no. 03, 1995.
- WEICK, K. The Social Psychology of Organizing Reading Cambridge: Addison-Wesley, 1969.
- WILLMOTT, H. "Strength is ignorance, slavery is freedom: managing culture in Modern Organizations." Journal of Management Studies. vol. 30, no. 04, 1993.
- WRAY-BLISS, E. "Abstract ethics, embodied ethics: the strange marriage of Foucault and positivism in labour process theory" Organization. vol. 09, no. 01, 2002.

¹ Para uma revisão aprofundada das obras de Michel Foucault veja: Dreyfus & Rabinow, 1995; Ortega, 1999 e Fonseca, 2001.